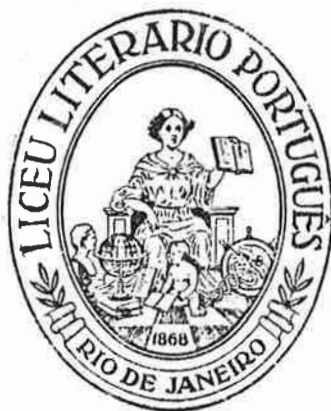


DR ex. 104

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA
DO
LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

LICEU, 50 ANOS DE PRATA



SEPARATA

Nº 6 - 2º semestre de 1993 - Rio de Janeiro



of. edito

OP-982-606
Hist. Brasil
Confluência 6

EDITORIAL

LICEU, 5 BODAS DE PRATA

Vimos comemorar os 125 anos de fundação do Liceu Literário Português. E o normal seria que aproveitássemos a efeméride para recordar as páginas mais fascinantes da sua história; para lembrar os homens que serviram e tornaram grande esta Instituição; para descrever as vicissitudes por que passou desde 1868; os êxitos e as iniciativas que lhe deram fama e glória, o magistério que acolheu sempre com o objetivo da benemerência e da devoção patriótica.

O Liceu merecia, ao completar os 125 anos, que fizéssemos uma densa retrospectiva do seu passado; que mencionássemos nomes e datas; que fôssemos buscar pergaminhos e assentamentos para dizer e justificar que o Imperador D. Pedro II vinha assistir às aulas de Náutica e que milhares e milhares de alunos passaram por suas salas, para aprender a ler ou para melhorar o nível de sua instrução.

O Liceu merecia, ao completar um século e mais uma quarta parte de outro, que traçássemos o perfil de seus grandes homens, desde o Conde do Alto Mearim – José João Martins de Pinho, a quem se deve a compra do solar da família Nery de Carvalho, no Largo da Prainha, em 1884, no mesmo local onde está construído, hoje, o Edifício de “A Noite”, ao Com. José da Silva Rainho, responsável pela construção desta sede, de 1934 a 1938, vencendo dificuldades e desafios incalculáveis; de um Afrânio Peixoto a um Pedro Calmon; de um Faustino Figueiredo de Sá e Gama, modesto operário relojoeiro que salvou o Liceu da hecatombe provocada pela falência do Banco da República em 1898, a um Com. José Gomes Lopes, seu incansável tesoureiro e benfeitor; de um Adalberto José Pizarro Loureiro a um Dr. Francisco Marques Pinheiro, que um ano depois de sua fundação criou as “aulas noturnas para ensinar o povo”, para usarmos as suas próprias palavras.

O Liceu merecia neste 10 de setembro que extraíssemos dos livros de atas, dos livros de matrículas, dos livros de ouro, como garimpeiros da festa, trechos e números e registros que enobrecem o seu passado. Merecia que disséssemos, por exemplo, que em 1870, com 2 anos de existência, tinha 94 alunos matriculados e que 14 anos depois, em 1884, a frequência escolar já era de 1113 alunos; que em 10 de setembro de 1938, em sessão presidida pelo Ministro Oswaldo Aranha, das Relações Exteriores, foi inaugurado este novo Edifício – 6 anos após o incêndio que destruiu a sede anterior; que em 5 de julho de 1943 foi criado o “Instituto de Estudos Portugueses”, quando Afrânio Peixoto, declarou que esta Casa é uma das Instituições com que se afirma pelo mundo o gênio português; que em 1990 foi criado o Instituto

de Língua Portuguesa e em 1992 o Instituto Luso-Brasileiro de História; que desde a Arte Náutica à Arte de dizer, das primeiras letras aos cursos de pós-graduação, da Contabilidade ao Grego, da Literatura à Antropologia, tudo se ensinou nesta Casa. Deus Louvado!

No entanto e até porque de todos já é mais ou menos conhecida a história do Liceu, resolvemos falar, neste fim de tarde, do seu futuro. E começaríamos por citar o Padre Antônio Vieira que também escreveu a “História do Futuro – Esperanças de Portugal – 5º Império do Mundo”. Dizia o célebre jesuíta nessa obra que as outras histórias contam as coisas passadas, esta promete dizer as que estão por vir; as outras trazem à memória aqueles sucessos públicos que viu o mundo, esta intenta manifestar ao mundo aqueles segredos ocultos em que não chega a penetrar o nosso entendimento.

No final da década de 50, o secretário-geral Cândido de Oliveira, brilhante jornalista e dedicado colaborador do Liceu, escreveu um livro sobre a sua história e dividiu-a em “Três Épocas”. A primeira, marcada pela aquisição da sede-própria na Prainha; a segunda, pela recuperação financeira promovida pelo Presidente Sá e Gama; a terceira, pela construção da sede atual, sonho concretizado pelo Presidente José Rainho da Silva Carneiro e pelo período subsequente em que uma plêiade de homens de grande prestígio intelectual colocou bem alto o nome desta instituição.

Gostaríamos de marcar, seguindo o molde de Cândido de Oliveira, o início da década de 90 como um novo ciclo no historial do Liceu – a 4ª época. De um lado, porque é a partir daí que se arranca com um processo de reformas na sua parte física e administrativa, visando revitalizar a estrutura operacional e reverter um processo de esgotamento que poderia colocar em risco, mais cedo ou mais tarde, o seu patrimônio; do outro, porque com a criação de dois novos Institutos e com uma nova dinâmica, o Liceu passou a ocupar espaços de vanguarda e reassumiu, outra vez, o seu lugar na linha de frente do universo cultural luso-brasileiro.

O que faz hoje o Liceu? Respondemos rapidamente à pergunta dizendo que ele mantém, como é de sua tradição, os cursos noturnos gratuitos – do 1º e do 2º grau, com um corpo docente, instalações e equipamentos mais atualizados; que desenvolve as atividades multidisciplinares dos Institutos de Cultura Portuguesa Afrânio Peixoto e de Língua Portuguesa; que se prepara para atuar no plano da pesquisa e da prospecção do passado através do Instituto Luso-Brasileiro de História, recentemente instalado; que edita a Revista *Confluência* e, em conjunto com outras Instituições, participa de um sem número de iniciativas de natureza cultural, artística e científica. Dá-nos gosto ver o movimento, o “novo tempo”, a fecundidade e o foco de luz que se espalha desta Casa.

Mas, certamente, estamos no começo das grandes reformas que são necessárias para nos prepararmos para o próximo milênio. E em termos de Liceu essas reformas, em nossa concepção, que coincide com a de seu Presidente, Dr. Edison Chini, e de seus Companheiros de Diretoria, bem como com o pensamento do presidente do Conselho Deliberativo, Com. Artur dos Santos Pereira, abrangem duas

grandes vertentes. A primeira de carácter estrutural, que consiste em pormos em prática a idéia de se arrumarem os patrimônios de algumas instituições, dentro de uma nova engenharia jurídica, para que no futuro não só se mantenham formados, como também possam ser geridos e aplicados em função dos grandes projetos de interesse da comunidade Luso-Brasileira. Dito por outras palavras: se temos hoje 4 ou 5 instituições que, por força do entrosamento dos homens que as dirigem, estão comprometidas com alguns programas comuns, na área da cultura e do ensino, da assistência e da filantropia, é preciso adequarmos o seu formato e ajustarmos as suas peças para que amanhã, quando já forem outros a dirigi-las, elas continuem fiéis à mesma portugalidade e à mesma vocação. O Liceu Literário Português, a Caixa de Socorros D. Pedro V, o Real Gabinete Português de Leitura, a Obra Portuguesa de Assistência e o Centro Luso-Brasileiro de Cultura são entidades que a esta altura, tendem a formar uma grande força no mapa associativo luso-brasileiro: num dos braços vai estar o universo da cultura e do conhecimento; noutro, a assistência sob as diversas tonalidades – acolhimento à terceira idade, concessão de bolsas de estudos, magistério, apoio à pesquisa e assim por diante. Esta idéia foi lançada quando a Caixa de Socorros D. Pedro V completou precisamente 125 anos; hoje repetimo-la, quando o Liceu celebra a mesma idade. Durante este período fez-se uma experiência, através dos homens, que está dando certo; amanhã, temos de a formalizar e consolidar, mexendo nas próprias estruturas formais das entidades envolvidas. Vamos dar um exemplo, que só não deu certo porque entrou no meio a perversidade de alguns marginais. Referimo-nos ao projeto das “Bibliotecas-Itinerantes”: de repente, vemos o Liceu adquirir um veículo transformado em biblioteca; a Caixa de Socorros D. Pedro V manda fazer as estantes e contrata o motorista e a bibliotecária; o Real Gabinete cuida dos livros; depois ainda vem o apoio da TAP e da Secretaria de Cultura de Portugal – e aí está nas praças e nas ruas, no “campus” universitário e nas cidades do subúrbio uma biblioteca-itinerante a oferecer, por empréstimo, quase a domicílio, milhares de livros portugueses. Se não fossem os ladrões, talvez hoje já tivéssemos 2 ou 3 veículos a difundir pelo Rio e pelos subúrbios os autores e as obras principais da literatura luso-brasileira. Mas o que queremos demonstrar é que na hora em que se juntaram as 3 instituições, o Liceu, a Caixa e o Real Gabinete, logo nos foi possível projetar para o futuro. Amanhã vamos fazer de novo, de mãos dadas, já agora na instalação de um espaço em que através da utilização de processos informáticos possamos atrair a juventude, com vídeos, discos-laser, som, multimídia, etc. Essa é a história do futuro? Diríamos que nem tanto, porque, como já escrevia o Padre Antônio Vieira, “esse futuro, quanto mais tempo vai correndo, tanto mais se vai ele chegando para nós. E nós para ele”.

A segunda vertente das reformas a que nos referimos é a vertente de um sonho, mas é um daqueles sonhos que sentimos palpável – e atingível. Estamos no seu limiar. Damos um passo em frente e estará ao nosso alcance o fruto maduro. Senão vejamos. Houve tempo em que esta Casa se dispôs a transformar-se numa “Universidade Popular”. Contingências várias impediram que essa aspiração do Com. José Rainho da Silva Carneiro se tornasse realidade. Depois a horizontalização do ensino superior e a proliferação de universidades públicas e privadas deixou o projeto para trás. Mas hoje, a partir do nosso Centro de Estudos Luso-Brasileiros, podemos criar rapida-

mente uma “Universidade Aberta”, para atingir espaços e setores que de outra forma não poderemos atingir. De início essa Universidade estaria voltada prioritariamente para cursos em áreas disciplinares ligadas à Língua, à História, à Arte, ao Direito, à Filosofia dos povos de expressão portuguesa e exerceria uma difusão cultural utilizando meios de ensino à distância. Hoje, os cursos do Liceu atingem por ano 1000 alunos; mas amanhã, com a utilização de metodologias próprias, poderiam atingir 100.000. Já imaginaram o que seria um aluno em Manaus receber a apostila da aula do Prof. Sílvio Elia; ou um outro em Angola receber o “disquete” com a aula de história; ou um terceiro no interior do Acre tomar conhecimento da arquitetura dos Jerônimos; ou um quarto a aprender a Lingüística do Prof. Evanildo Bechara ou tomar conhecimento dos estudos sobre o poeta Manuel Bandeira do Prof. Maximiano de Carvalho, e assim por diante, tudo isso a partir de uma ação estratégica do Liceu, com o suporte do acervo bibliográfico do Real Gabinete Português de Leitura, com materiais didáticos acessíveis aos estudantes através da colaboração de entidades como a Caixa de Socorros D. Pedro V e uma rede de centros de apoio onde as próprias associações luso-brasileiras nos Estados poderiam assegurar uma ligação que nos interessa desenvolver, já imaginaram? Já imaginaram o efeito multiplicador que seria alcançado: hoje, como o nosso trabalho, atingimos algumas centenas de professores, do Rio ou das cidades vizinhas; mas amanhã, com a Universidade Aberta, poderemos atingir o Brasil inteiro, mas não só o Brasil, também Portugal, também a África de expressão portuguesa, também as comunidades de luso-descendentes espalhadas por todo o mundo, já imaginaram?

É tudo isto história do futuro? Um pouco sim e um pouco já é a história de hoje. Como escreveu Fernando Pessoa: “Deus quer, o homem sonha, a obra nasce”. Façamos votos para que atuais dirigentes do Liceu – esses “administradores sem salário” como os chamou Carlos Malheiro Dias, no discurso que pronunciou quando foi lançada a pedra fundamental deste edifício – transformem todas estas aspirações em realidade e que dentro de poucos anos possamos converter esta história do futuro em história do presente – para maior glória do Liceu, da nossa comunidade, de Portugal e do Brasil.

E não se diga que somos homens apenas do sonho, pois as mãos calejadas e a obra feita depõem o nosso favor. Tanto assim que celebramos os 125 anos do Liceu sentindo as suas palpitações e a sua beleza, como se fora uma instituição menininha que se prepara para o novo milênio.

Louvando os homens do passado e cumprimentando o Presidente Edison Chini e seus Diretores, façamos votos pela grandeza do Liceu Literário Português e pelo sucesso de seus empreendimentos. Porque quanto maior for o Liceu – mais rica será a comunidade luso-brasileira.

A. Gomes da Costa

TRANSCRIÇÕES

SALVAR O PORTUGUÊS

A. Gomes da Costa

Começam a aparecer sintomas preocupantes sobre o recuo da Língua Portuguesa em alguns países africanos. As causas para essa perda são múltiplas. De um lado, está o cerco geográfico do inglês em Moçambique; do francês, na Guiné-Bissau; e os esforços crescentes, por parte dos espanhóis e britânicos, para tomarem pé na República Popular de Angola. Do outro lado, temos a situação dramática em que vivem esses países, com a economia destruída, cortados ao meio pela guerra civil e atormentados pela miséria extrema, e que, por conseguinte, têm questões muito mais prementes a resolver do que o ensino do idioma, ou a rejeição à entrada de outras matrizes lingüísticas.

Acresce o fato ainda de que por carência de meios e pelas dificuldades de encontrar interlocutores operacionais, nem Portugal nem o Brasil têm conseguido fazer algo de concreto para que a Língua se mantenha nesses territórios onde a presença portuguesa durou mais de 400 anos. Talvez as circunstâncias adversas – e estamos a pensar principalmente em Angola e em Moçambique – não permitissem grandes programas de cooperação direcionados para essa área. Tampouco os governos de Luanda e do Maputo estivessem dispostos a abrir espaços para um setor que não consideravam prioritário. Nem os organismos internacionais, por motivos óbvios, estariam receptivos a qualquer proposta para o ensino e a irradiação da Língua Portuguesa em países que eram – e são – objetos de cobiça externa.

Mas de qualquer forma, o certo é que, menos de 20 anos depois da descolonização, o Idioma está na iminência de ser expulso de alguns de seus domínios ou de perder posições em outros: em Timor-Leste, por causa da ocupação indonésia; em Macau, pela entrega à China em 1999 da administração do território; em Moçambique, pela influência dos países vizinhos, todos de fala inglesa e onde vivem 3 milhões de moçambicanos; em Angola, pelo extermínio e destruição provocados pela guerra interna; em Guiné-Bissau, pela "invasão" da francofonia e pela predominância dos crioulos locais.

Trata-se, indiscutivelmente, de um revés importante para um vetor da política externa portuguesa e da política externa brasileira. E não é apenas por uma questão de prestígio ou de defesa de raízes históricas e culturais. Nem é para resguardar no

futuro uma aproximação de povos assente na Língua. Mais do que isso. Se amanhã, por azar, os moçambicanos passarem a falar inglês, ou se em Angola o português deixar de ser a "língua oficial", ou se a Guiné-Bissau cair na "zona do franco", é evidente que o projeto de uma Comunidade estruturada pelas linhas da lusofonia desfaz-se de pronto pela raiz.

Encolheremos no mundo. O português deixará de ser a "língua de ligação" entre etnias negras, a "língua de cultura e de acesso" ao Conhecimento científico, a "língua cristã" para aqueles que correm o risco de serem islamizados e de perderem uma das pontes para o futuro.

Dentro deste quadro, parece-nos que nem Portugal nem o Brasil devem manter-se indiferentes. O lançamento, no ano passado, pelo Emb. José Aparecido de Oliveira, do projeto da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, em seqüência à criação do Instituto criado em 1988 em S. Luiz do Maranhão, com o qual se comprometeram todos os Governos, é um motivo para arrancar com algumas iniciativas, que possam, pelo menos estancar o processo de esvaimento do português dos países africanos. Algumas medidas de urgência precisam ser tomadas, mesmo que a "Frelimo" e a "Renamo" ainda discutam a paz; mesmo que os dirigentes do "MPLA" e da "UNITA" pensem em noites de facas longas; mesmo que os franceses façam programas de rádio na Guiné-Bissau ou que em Cabo Verde e S. Tomé os "centros culturais" estejam precisando de meios ou não existam.

A primeira medida consiste em ampliar a cooperação a esses países através do envio de professores e técnicos de ensino, de médicos e enfermeiros, de profissionais e de promotores. O fornecimento dessa mão-de-obra pode ter um "efeito multiplicador" muito positivo e comprometer a "vontade política" dos governos desses países em função do idioma. Claro que se forem os ingleses a mandarem técnicos e professores, livros e discos, revistas e produtos culturais, pouco a pouco forçarão a que tudo se aprende na língua de Shakespeare. O mesmo sucederá com os franceses ou com os castelhanos.

Outra providência será a de se estabelecerem sistemas de ensino à distância e utilizar-se a riqueza do Brasil, em termos de música, de telenovelas, de televisão em geral, para entrar pela África, nas cidades e no interior, com textos em português: na canção, no diálogo, na reportagem, no desporto e assim por diante.

Precisamos de recursos? Sim. Mas serão muito bem aplicados se os utilizarmos para salvar a Língua que é um patrimônio comum. Ficar apenas na retórica não adianta – mesmo porque dentro de poucos anos, se não fizermos nada, os africanos já não entenderão o nosso discurso.

Transcrito de *O Mundo Português* de 1/10/1993